

A FUNDAMENTALIDADE DA DISCIPLINA DE METODOLOGIA DA PESQUISA PARA O AVANÇO DO ENSINO SUPERIOR

Alexandre Torres Petry

RESUMO

O objetivo do presente artigo é demonstrar que a disciplina de metodologia da pesquisa pode e deve ter papel fundamental nos rumos da pesquisa produzida nas instituições de ensino superior no Brasil. Para tanto, inicialmente, aborda-se o fenômeno da mercantilização do ensino superior, o qual acaba contaminando a pesquisa e dando à mesma um caráter comercial em detrimento dos interesses sociais. Após, demonstra-se que esse viés mercadológico redundando no produtivismo acadêmico e, conseqüentemente, em pesquisas sem qualidade. Por fim, defende-se que as pesquisas realizadas nas instituições de ensino superior devem ser relevantes e comprometidas com a transformação social, sendo que uma forma de criar essa cultura e influenciar positivamente a pesquisa é através da disciplina de metodologia da pesquisa, a qual precisa estar presente em todos os cursos e, além de ter um caráter instrumental, fomentar nos educandos uma consciência crítica sobre a importância e relevância das suas pesquisas, as quais devem estar conectadas com as necessidades e anseios sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Metodologia da Pesquisa. Ensino Superior. Universidade. Pesquisa. Transformação Social

1 INTRODUÇÃO

Qual é o papel primordial do ensino superior? A universidade vem atingindo os seus fins, ou seja, está legitimada perante a sociedade? E as pesquisas produzidas pelas instituições de ensino superior (IES), são relevantes para a sociedade? Todas estas questões são intrigantes e complexas, sendo que a análise delas é primordial para definirmos os rumos do ensino superior.

Entretanto, essas indagações precisam ser analisadas também a partir do fenômeno da mercantilização do ensino superior e, conseqüentemente, das pesquisas realizadas nestas instituições. Trata-se de tendência extremamente negativa e que impacta a educação superior como um todo, provocando, inclusive, um pensamento pessimista sobre o futuro da educação superior.

Não obstante, mais que apontar e tentar diagnosticar este problema da mercantilização do ensino superior, pretende-se, de forma humilde, sugerir uma medida imediata capaz de, ao menos, frear essa marcha negativa, ou seja, busca-se uma opção para a comunidade acadêmica enfrentar o problema. Parte da resistência começa em ressignificar a disciplina de metodologia da pesquisa, a qual necessita de uma roupagem mais politizada a fim de

influenciar positivamente os rumos da pesquisa no Brasil, tendo por base a transformação social. É o que agora se defenderá!

2 A UNIVERSIDADE CONTEMPORÂNEA NA ERA DA MERCANTILIZAÇÃO

Atualmente, a ciência está submetida ao mercado e seus ditames. Essa é a conclusão de Anna Maria Netto Machado e Lucídio Bianchetti (2012, p. 113) ao referirem que, modernamente, os pesquisadores no Brasil são reféns da produtividade, ainda que a qualidade das publicações fique num segundo plano.

No Brasil, segundo João Ferreira de Oliveira e Nelson Cardoso Amaral (2012, p. 42), a produção de conhecimento tornou-se objeto de políticas de Estado, porém, as referidas políticas acabam sendo fortemente influenciadas pelos interesses dos empresários, o que leva ao processo de mercantilização da educação superior e, principalmente, da pesquisa, o que traz uma série de consequências:

Essa nova realidade vem trazendo consequências e implicações para o campo acadêmico-científico, dentre as quais se destacam: a) a ideia de que a universidade, ou melhor, o conhecimento deve servir ao mercado e não diretamente à sociedade; b) a ampliação do processo de subordinação e/ou empresariamento da educação superior e da produção da pesquisa; c) o aumento da competição entre as instituições acadêmicas, que buscam ser ranqueadas entre as melhores do país e do mundo; d) a ideia de inovação como forma de regulação da educação superior, da pós-graduação e da produção do conhecimento, o que implica em maior flexibilização e fluidez da produção do trabalho acadêmico, sem o necessário engajamento social; e) a crescente mudança na mentalidade e no modus operandi dos pesquisadores, que podem ser remunerados de modo complementar pelas empresas e que adquirem uma mentalidade cada vez mais empreendedora e empresarial.

A mercantilização do ensino superior no Brasil tem características próprias, pois difere-se do restante do mundo, já que, conforme Helena Sampaio (2014, p. 113), o Brasil “é o país com maior número de instituições de ensino superior com fins lucrativos no mundo”. A autora ainda destaca que a mercantilização do ensino superior não se restringe apenas à possibilidade de cobrar mensalidade e obter lucro (além de estar voltada aos interesses do mercado), mas também se refere ao fato de que as IES podem ser transformadas em mercadorias, já que podem ser vendidas e compradas livremente no mercado. Exemplo disso é que, apenas na última década, ocorreram mais de 200 operações de transferência de instituições de ensino (geralmente sobre roupage de “aquisições” ou “fusões”).

Portanto, atualmente, existem verdadeiros grupos educacionais com muito poder no Brasil e que negociam suas ações nas bolsas de valores, possuindo, obviamente, o objetivo

maior de lucro, tanto é que já foi amplamente noticiado nos meios de comunicação que o Brasil já possui a maior empresa educacional do mundo.

Essa universidade mercantilizada, voltada aos interesses do capital, é totalmente inversa à lógica da universidade necessária defendida por Darcy Ribeiro (1975, p. 167), que sustenta que as funções da universidade são herdar e cultivar os padrões internacionais da ciência e da pesquisa, bem como o patrimônio do saber humano, saber esse que deve estar disponível e ser aplicado ao conhecimento da sociedade nacional e à superação de seus problemas, ou seja, a universidade deve ser interpretada e entendida como um motor de transformação social.

Recentemente, em palestra na UFRGS, o então presidente do Uruguai, José “Pepe” Mujica¹ foi muito elogiado ao cobrar dos universitários o seu engajamento social, destacando que de nada serve o conhecimento acadêmico se não for utilizado em prol da sociedade, até porque essa não será a lógica dos empresários que possuem foco exclusivo no lucro.

Essa mercantilização, segundo Cristina Helena Almeida de Carvalho (2013, p. 773), é um fenômeno “multifacetado de financeirização, oligopolização e internacionalização da educação superior brasileira”. A referida autora ressalva que apesar desse processo de mercantilização não se estender a todas as instituições, não mais pode ser ignorado, pois já atinge um bom percentual dos estudantes universitários, até porque o mesmo mostra-se incompatível com o processo educativo e, por isso, deve ser duramente combatido.

Além disso, esse processo de mercantilização não significa inclusão social, pelo contrário, pois a universidade brasileira ainda é excludente. Essa conclusão é apresentada por Aparecida Barros (2015, p. 383), a qual ressalta a expansão da educação superior no Brasil nos últimos anos, porém advertindo que a mesma é insuficiente para reduzir o acesso ainda desigual às universidades. Eis a conclusão apresentada sobre a expansão do ensino superior:

[...] consideramos que o modelo de expansão adotado é insuficiente para romper com o processo excludente que perpassa a trajetória dos estudantes ao longo da Educação Básica, a qual é profundamente influenciada por suas condições econômicas.

Já existem diversos estudos que criticam este estilo empreendedor da universidade, fruto do neoliberalismo que traz o movimento conhecido como Nova Gestão Pública (New

¹ Palestra disponível na íntegra em: <https://videos.ufrgs.br/ufrgstv/conferencias-ufrgs/jose-pepe-mujica-ttttt>. Acesso em 28 de dezembro de 2015. O trecho destacado começa em 17 minutos e 50 segundos e vai até 18 minutos e quarenta segundos, sendo que possui a seguinte tradução (tradução livre): *Mas não se pode ser um universitário e ter o privilégio de ser e ter uma formação de caráter acadêmico e não sentir a responsabilidade que se tem para com o nosso povo quase analfabeto. Essa consciência de dívida social não corresponde aos empresários, mas ao mundo da academia.*

Public Management)² que contribui para a institucionalização de um modelo empresarial. Logicamente, esse modelo empresarial está intimamente ligado aos anseios do mercado.

Nessa linha, a universidade brasileira começa a romper com as suas origens, assumindo um novo modelo de gestão. Esse modelo ainda não é nítido. Coloca a identidade da universidade brasileira em crise. Gera conflitos e angústias. Reginaldo Moraes (2015, p. 216), analisando os modelos universitários atuais, dada a mercantilização verificada, afirma que a universidade brasileira tenta seguir os passos do modelo americano, ainda que as culturas tenham traços totalmente distintos:

De fato, não temos um sistema de educação tão descentralizado e desigualmente financiado como o americano, nem algo tão estruturado, hierarquizado e centralizado quanto o alemão ou o francês. Mas, guardadas as características de nosso ‘pacto federativo’ e do regime de cooperação que implica, estamos a sofrer um preocupante processo de americanização. Preocupante, sim, porque se trata da mais desigual e, por essa via, provavelmente a mais insustentável das sociedades desenvolvidas. Que as pseudoelites de nossas metrópoles se embeveçam com a Disneylândia e o hambúrguer já é algo desolador. Que esse projeto de país se torne dominante e se imponha o conjunto da sociedade, inclusive no seu modelo educacional – isso é algo que, a meu ver, educadores e progressistas deveriam combater.

Os rumos da universidade são preocupantes, pois apesar das denúncias e críticas de importantes pesquisadores brasileiros, esse processo de mercantilização não para de se aprofundar e sequer apresenta sinais de perda de força. Pelo contrário, demonstra que está se consolidando como uma ordem imposta pelo mercado.

E para piorar a situação, a estrutura organizacional da educação brasileira não parece estar aparelhada para combater ou impedir esse processo de mercantilização. Como refere Daniel Francisco Nagao Menezes (2013, p. 143), falta ao Brasil a formulação clara e objetiva de uma política pública do ensino superior. Sobre a falta de estrutura do nosso sistema atual de educação, eis as palavras do referido autor:

O Brasil continua com seu sistema de educação espalhado por vários órgãos da administração indireta, vinculados inclusive a Ministérios diferentes, como é o caso do CNPq. Estes órgãos, por sua vez, agem competitivamente e não em colaboração. O Ministério da Educação, por sua vez, não tem nenhum órgão de coordenação destas várias subestruturas burocráticas, indicando a ausência de estrutura de coordenação dentro do Ministério. Sequer um organograma de funcionamento do MEC é apresentado em seu sítio eletrônico.

² Segundo Rui Santiago no prefácio da obra de LEITE, Denise; LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos (Orgs.). *Conhecimento, avaliação e redes de colaboração: produção e produtividade na universidade*. Porto Alegre: Sulina, 2012, p. 10.

Conforme Zuleide Simas da Silveira e Lucídio Bianchetti (2016, p. 96), esse processo de mercantilização está se consolidando no Brasil e com o respaldo estatal baseado numa “onda internacional” que serve de modelo:

O modelo de universidade sendo colocado em prática revela sua inspiração na agenda de organismos supranacionais coerente com políticas privatistas desenvolvidas pelo MEC, que designa a educação como bem público – um serviço passível de ser oferecido diretamente pelo Estado ou pela iniciativa privada; promove a integração subordinada da universidade aos imperativos da acumulação e reprodução do capital, transformando as IES em organizações prestadoras de serviços (ensino, pesquisa e extensão); vincula estreita e indissociavelmente o plano de desenvolvimento institucional ao setor produtivo; padroniza currículos e instrumentos de avaliação sob a ação do marco regulatório do Setor Educacional do MERCOSUL (SEM), por mediação do Estado, bem como a diversificada fonte de financiamento.

Corroborando essa afirmativa o fato de hoje já ser possível apontar, inclusive, o processo de oligopolização do mercado educacional de ensino superior, pois conforme os dados apresentados por Valdemar Sguissardi (2015, p. 875), uma única empresa hoje, com forte atuação na bolsa de valores, já detém cerca de 20% do total de matrículas do setor privado e, se forem consideradas as 11 maiores empresas de um total de cerca de duas mil IES que compõem o setor privado, o percentual de concentração sobe para 40%.

Nesse contexto, os rumos da pesquisa brasileira também não são animadores, pois a universidade mercantilizada tende a atender interesses privados (interesses do capital) em detrimento de interesses públicos, o que nega a lógica da universidade comprometida com a sociedade. Assim, a universidade tende muito mais a seguir um modelo empresarial, em que buscará atender os sistemas de avaliação para se destacar entre as suas concorrentes. Dentro desse panorama, a lógica é a de corrida, a de vencer os “adversários”. Nesse imaginário capitalista, calcado em critérios objetivos de avaliação, a tendência é que a pesquisa seja focada muito mais na quantidade que na qualidade, o que é muito ruim para a sociedade que anseia por um papel transformador da universidade.

3 PRODUTIVISMO ACADÊMICO E A (NÃO)QUALIDADE NA PESQUISA

Há uma corrida, uma competição incessante entre universidades e dentro da própria universidade para verificar quem mais produz e fica melhor “ranqueado”. Isso é nefasto, pois gera um processo intenso de competição, o qual é excludente. Conforme Nelly P. Stromquist (2012, p. 217) “a competição entre e dentro das universidades não produz igualdade, mas ao contrário, cria vencedores e perdedores”, sendo que nessa busca por excelência vários grupos são esquecidos.

É óbvio que se deseja que uma universidade que produza pesquisas científicas relevantes e que ajudem no desenvolvimento social. Porém, o que se combate é o produtivismo para atingir metas, rankings, promoções, “produtos” (como hoje são chamados) sem qualquer relevância e foco científico, que visam apenas às exigências do “mercado universitário”. Nesse sentido, um ensino universitário que se preocupe com a educação e a pesquisa deve focar na produção sim, mas na produção de pesquisa de qualidade como referem Pablo Serrano e Heitor Pinto Filho (2002, p. 26):

Neste sentido, duas lições internacionais devem ser observadas cuidadosamente. Uma é a do eficientismo e a outra do produtivismo. O eficientismo tem a ver com o domínio das técnicas do ensino pelos professores; o produtivismo, por sua vez, é indispensável, porém uma verdadeira universidade o transcende, não sendo redutível a um conjunto de indicadores estatísticos ou escores de teste.

A grande dificuldade que gera imensos debates na academia é a tentativa de conciliar a produção acadêmica entre o binômio qualidade (relevância e impacto social) e quantidade (“utilidade mercantil”). Eunice Trein e José Rodrigues (2011, p. 787) colocam esse embate da seguinte forma:

A Academia debate-se, então, entre duas perspectivas, na produção do conhecimento: de um lado, o valor socialmente útil e transformador; de outro lado, o valor de troca mercantil e, portanto, conformado à lógica dominante. É essa tentativa infrutífera de conciliação que produz a sensação de mal-estar que assola a Academia.

Apesar desse debate, o fato é que ante os critérios de avaliação, que aplicam uma lógica de mercado, já fomos aprisionados pelo pensamento mercantil dentro da universidade. Nas palavras de Glauêncio Frigotto (2011, p. 251) “consciente ou inconscientemente, entramos no mercado do conhecimento, do ensino e da pesquisa e nos submetemos aos critérios da mensuração mercantil.” E o autor faz severa críticas a esse modelo porque para o mercado não há sociedade, mas sim indivíduos em competição, sendo que não há lugar para todos nessa competição.

Portanto, o produtivismo para atingir as simples metas curriculares (de fazer a pontuação necessária para o fim buscado, como ingresso ou permanência, por exemplo, num curso de pós-graduação, seja como discente ou docente) é insustentável. A qualidade no ensino superior é que deve ser a meta principal. Logo, o paradigma atual não é conveniente e alternativas devem ser buscadas.

Nesse sentido, Alan Tait e Jennifer O’Rourke (2015, p. 64) citam estudo e realidade verdadeiramente inovadora, pois referindo-se à pesquisa do finlandês Pasi Sahlberg, destacam

um sistema diferenciado (como alternativa) do atual modelo competitivo, citando o sistema finlandês baseado mais na igualdade e centrado na ideia de justiça social:

Em contraste com o modelo competitivo dominante da educação o educador finlandês Pasi Sahlberg (SAHLBERG; HARGREAVES, 2011) fornece uma evidência sólida da força de um sistema educacional baseado na igualdade, ao invés da competição, mais focado no processo do que em medir resultados, e em justiça social do que em valores de mercado. Seu trabalho documenta a transformação do sistema educacional público finlandês, que atingiu ‘excelência acadêmica através do foco específico em políticas de igualdade’.

Trata-se apenas de uma posição, talvez, uma alternativa entre várias possíveis. Porém, sem dúvidas, o modelo de produção precisa ser mais colaborativo, solidário e em rede, pois a corrida e a competição hoje existentes que resultam num produtivismo sem sentido não interessam a uma universidade que deve promover a transformação social, a qual não tem correspondência com os anseios do mercado, sendo que este mercado não pode ditar os rumos do ensino e da pesquisa no Brasil, sob pena de deslocamento do lugar da universidade, que é influenciar positivamente na sociedade em que está inserida.

3 A DISCIPLINA DE METODOLOGIA DA PESQUISA COMO FERRAMENTA DE PROPULSÃO DE PESQUISAS RELEVANTES E DE QUALIDADE

A disciplina de metodologia costuma estar no currículo de quase todos os cursos de graduação e pós-graduação, recebendo contornos próprios de acordo com a necessidade da área em que se situa. Entre os autores que se dedicam ao tema, existem diferentes formas de abordar a disciplina da metodologia. Elizabeth Teixeira (2009, p. 14), por exemplo, destaca que não há uma única metodologia, referindo que existe uma tridimensionalidade metodológica que poderia ser dividida em: 1º) metodologia acadêmica (que trata da introdução dos aprendizes no mundo do saber e as etapas de apreensão do conhecimento e sua expressão crítica); 2º) metodologia da ciência (que discute o conhecimento e o conceito de ciência); e 3º) metodologia da pesquisa (que possui ênfase na construção e transmissão do conhecimento). Porém, apesar da divisão apresentada pela autora, é a sua conclusão sobre a metodologia que se pretende dar maior relevo:

A metodologia, a meu ver, não deve ser vista como uma disciplina cuja ênfase é o ensino de métodos e técnicas de como planejar, conduzir e apresentar uma pesquisa científica, mas sim, uma disciplina que elucida o que vem a ser essas técnicas, quais os métodos da ciência que atendem e em que bases epistemológicas se encontram fundamentadas.

Aqui adota-se a disciplina de metodologia como a metodologia da pesquisa, uma vez que o conhecimento, seja acadêmico ou científico, ocorre pela pesquisa e pela experiência que advém da mesma, sendo a pesquisa atividade essencial para o ensino superior. Entretanto, essa disciplina não pode ser meramente instrumental e neutra quanto ao teor das pesquisas, ou seja, sobre o que se deve pesquisar, pois cabe ao docente cativar nos alunos o interesse por pesquisas que tenham repercussão, que sejam úteis, que contribuam para o avanço social e não que apenas se rendam aos interesses do mercado.

Paulo Freire (2015, p. 122) há muito tempo advertiu que ensinar exige reconhecer que a educação é ideológica, destacando que “saber igualmente fundamental à prática educativa do professor ou da professora é o que diz respeito à força, às vezes, maior do que pensamos, da ideologia”. Portanto, aos docentes da disciplina de metodologia da pesquisa cabe, necessariamente, a advertência sobre a mercantilização do ensino superior, bem como sobre esse produtivismo inconcebível, o qual provoca um verdadeiro capitalismo acadêmico, em que indivíduos disputam lugar e se esquecem da solidariedade.

Cabe sim ao docente estimular pesquisas sérias, que olhem para o mundo que cerca o estudante, que visualize os problemas reais existentes na comunidade e que busque soluções para as necessidades sociais. Deve ter a disciplina de metodologia da pesquisa uma função social, pois é o momento adequado para o debate sobre o que se pesquisa (além de como pesquisar).

Esse comportamento do docente é verdadeira arma de combate ao mercantilismo do ensino superior, pois não pode o docente visualizar este fenômeno e não combatê-lo. A pesquisa é atividade fundamental na universidade e, como tal, precisa ser engajada em problemas da sociedade, até porque a universidade não teria razão de ser se não fosse para melhorar a sociedade em que está localizada.

Ao agir desta forma, interessada e parcial, o docente estará colocando a sua ideologia em prática, a qual não pode se render à ideologia dominante do mercado. Nesse sentido, cabe mais uma vez citar Paulo Freire (2015, p. 123):

A capacidade de nos *amaciar* que tem a ideologia nos faz às vezes mansamente aceitar que a globalização da economia é uma invenção dela mesma ou de um destino que não se poderia evitar, uma quase entidade metafísica e não um momento do desenvolvimento econômico submetido, como toda a produção econômica capitalista, a uma certa orientação política ditada pelos interesses dos que detêm o poder.

De acordo com Mario Osorio Marques (2006, p. 133), a universidade deve ter uma política voltada por inteiro à pesquisa, porém, essa pesquisa deve ser repensada e reconstruída

em si mesma e nos processos de aprendizagem, uma vez que não pode mais a pesquisa visar um desenvolvimento das ciências e das tecnologias à parte dos interesses humanos em jogo numa sociedade complexa. Aliás, cabe aqui trazer as palavras do autor sobre a pesquisa que deve ser praticada na universidade:

Justificam-se hoje as pesquisas pelos resultados que se tornem públicos e acessíveis a todos para além de suas consequências imediatas e pela recepção e retorno que a sociedade dá a esses resultados, de forma que a certificação social da universidade não mais depende de um *status* adquirido, mas do livre intercâmbio de informações, publicações e atividades conjuntas que a renovem de contínuo e revitalizem sua atuação.

Considerando que, segundo Lino Rampazzo (2011, p. 51) a “pesquisa é um procedimento reflexivo, sistemático, controlado e crítico que permite descobrir novos fatos ou dados”, bem como que a “pesquisa é uma atividade voltada para a solução de problemas”, os problemas de pesquisa devem ser relevantes, impactantes no meio social, que possam contribuir para muitos e não apenas ao interesse de poucos.

A universidade não pode ser uma ilha no meio da sociedade, não pode encontrar curas, soluções e resultados positivos se estes ficarem disponíveis para poucos ou apenas para os que podem pagar. A universidade deve buscar melhorar a vida das pessoas através das suas pesquisas. A universidade precisa ter um foco humanista e se guiar pela lógica dos direitos humanos a fim de elevar o nível social.

André Vieira Zanella (2013, p. 49) refere que a ciência “também é arte, já que ao compreender/explicar a vida, o pesquisador a reinventa através das teorizações produzidas e tecnologias que desta derivam”. Assim, os estudantes devem ser influenciados a melhorar a arte, a colocar seus sonhos em prática, a pesquisar algo que torne a vida mais valiosa e digna de se viver. E essa vida melhor, o bem viver, deve estar ao alcance de todos, servindo a universidade como ponte entre os problemas sociais e as soluções encontradas através das pesquisas desenvolvidas no meio universitário.

Se a pesquisa é a mola mestra da formação acadêmica, servindo como princípio educativo e científico (REIS, 2008, p. 21), a disciplina de metodologia da pesquisa, além de ser obrigatória em todos os cursos universitários (de graduação e pós-graduação), deve ser a guia dos estudantes, deve ser local de debate e fomento de pesquisas interessadas em resolver problemas relevantes, que possuam verdadeiro impacto social.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Segundo as professoras Denise Leite e Eliseth Gonzaga dos Santos Lima (2012, p. 121), a produção do conhecimento constitui uma das funções centrais da universidade desde a sua origem, mas que, a partir do final do século XX e início do século XXI, a universidade passa adotar um modelo que sustenta a produção do conhecimento sob a influência das vertentes mercadológicas. Porém, esse processo de comercialização do conhecimento científico destacado pelas autoras, obviamente, acaba por retirar da pesquisa um enfoque social, o que é nefasto para os rumos do ensino superior.

A mercantilização do ensino é tão forte que atropela, inclusive, os preceitos constitucionais previstos no artigos 205 e 214, inciso V, os quais preveem, respectivamente, uma educação que vise o pleno desenvolvimento da pessoa e a prepare para a cidadania, ao mesmo tempo promova uma formação humanística. Logo, conforme Maria Garcia (2011, p. 286), todo o intérprete deve deter-se na expressão “promoção humanística”.

Assim, a promoção humanística deve ser um lema na universidade, porque ela traz um enfoque nos direitos humanos e, conseqüentemente, uma preocupação com a transformação social. Nesse mesmo contexto, a relevância social da pesquisa deve ser uma bandeira dos docentes que lecionam a disciplina de metodologia da pesquisa, pois isso fortalecerá a formação para a cidadania, fazendo da universidade um ambiente de lutas e conquistas políticas.

Sobre a formação cidadã, que a leva à mudança social pela sedimentação de uma consciência crítica, reflexiva e preocupada com as questões coletivas, importa trazer as palavras de José Dias Sobrinho (2009, p. 53):

A formação da cidadania se faz significativamente por meio da participação democrática, visando ao bem geral em todas as dimensões da vida. Seria um grave equívoco se a educação, conforme tendências observáveis, reduzisse a sociedade ao mercado, como se a sociedade e mercado se equivalessem, seria um erro de pesadas conseqüências para a vida democrática se a educação superior não assumisse seu papel de enorme importância na formação da cidadania e desenvolvimento da sociedade civil.

A universidade, necessariamente, deve ser comprometida com a transformação social, pois não pode ignorar os problemas que a cercam. Legitimar-se-á a universidade na medida em que mais trazer benefícios para a comunidade. E é a pesquisa a peça chave para atingir as respostas necessárias para os problemas que assolam o país. Diante disso, uma das formas da universidade dar enfoque social às suas pesquisas, é estimular a pesquisa como socialmente engajada, o que é possibilitado pela disciplina de metodologia da pesquisa, a qual precisa

constar nos currículos de todos os cursos e trazer esse debate com toda a comunidade acadêmica.

Portanto, a universidade precisa estar constantemente com as portas abertas, com os pés na comunidade que a cerca e com os olhos para o mundo, assumindo a sua responsabilidade social. Sobre a função da universidade e seus princípios, cita-se Silke Weber (2012, p. 33):

Com efeito, a universidade é reconhecida não somente como instância de geração de novos conhecimentos, tecnologias, cultura e arte, de disseminação e transferência de conhecimentos e tecnologias, de preservação e difusão do patrimônio histórico-cultural, artístico e ambiental e de provimento de formação acadêmica e profissional em padrões de qualidade reconhecidos nacional e internacionalmente, mas também como instância de articulação com a sociedade, visando contribuir por meio de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão para o desenvolvimento educacional, socioeconômico e ambiental sustentável de sua região. Ou seja, dela é esperado que cumpra a sua função por meio do ensino, da pesquisa e da extensão.

Essa nova roupagem que se defende para a disciplina de metodologia da pesquisa, que precisa ter um caráter mais social (além do instrumental) propiciará um pesquisar dos estudantes mais sensível, mais atento aos verdadeiros problemas e, provavelmente, colaborar no processo emancipatório e reflexivo defendido por Maria Elly Herz Genro e Célia Caregnato (2013, p. 33), que sustentam que o educando precisa adquirir um compromisso com o humano:

Um processo educativo dialógico, reflexivo e transformador pode possibilitar a participação dos sujeitos, o fortalecimento de uma subjetividade com capacidade intelectual e com sensibilidade para com o humano e com a natureza. Esta subjetividade cambiante e desejosa não pode ser uma mera executora de tarefas, de operacionalização dos processos, mas precisa pensar o sentido e consequências das ações humanas.

Essa cultura de promoção humanística, de responsabilidade social e cidadã, permitirá que floresçam novas ideias, que sejam ouvidas vozes antes abafadas e que o diferente apareça na universidade, assim como os excluídos pelo mercado. A universidade não pode silenciar culturas e ensinamentos, pelo contrário, deve propiciar uma verdadeira ecologia de saberes, a qual é muito bem apresentada por Boaventura de Sousa Santos (2010, p. 155):

No início do século XXI, pensar e promover a diversidade e pluralidade, para além do capitalismo, e a globalização, para além da globalização neoliberal exige que a ciência moderna seja não negligenciada ou muito menos recusada, mas reconfigurada numa constelação mais ampla de saberes onde coexista com práticas de saberes não científicos que sobreviveram ao epistemicídio ou que, apesar de sua invisibilidade epistemológica, têm emergido e florescido nas lutas contra a desigualdade e a discriminação, tenham ou não por referência um horizonte não capitalista.

A educação superior precisa ser inclusiva, solidária e comprometida com a mudança social. Para não se desvincular dessas metas, a pesquisa precisa assumir papel de destaque. Essa pesquisa não pode estar restrita aos valores e interesses do mercado, ou seja, não pode a pesquisa ser comercializada e ter uma vertente mercadológica. E essa cultura de transformação social tem que ser sustentada e defendida de forma árdua na universidade, cabendo à disciplina de metodologia da pesquisa importante papel nessa caminhada, pois a mesma é fundamental para a consolidação dessa ideologia humanista.

Pesquisar é preciso, mas essa pesquisa precisa estar vinculada com problemas verdadeiros e relevantes da sociedade, impondo-se que os resultados da pesquisa tragam benefícios para a comunidade.

5 CONCLUSÃO

Politizar a aula é moralmente legítimo (Kennedy, 2014), sendo que a não o politização é a adesão à mercantilização do ensino superior, já que este processo se impõe e contamina a pesquisa, a qual cada vez mais possui um viés mercadológico, o que afasta a universidade da sociedade e, inclusive, a deslegitima.

Está claro que esse processo de mercantilização é global. Aliás, Zygmunt Bauman (199, p. 73) já alertava que os Estados já não possuem recursos e, sequer, liberdade de manobra para suportar os mercados. Nesse panorama, esperar apenas por reformas políticas não será efetivo na luta contra a perda da identidade e cultura da universidade.

Mais do que denunciar este processo degradante e exigir mudanças na educação superior, cabe aos pesquisadores e docente atuarem de forma direta contra esse processo que se intensifica rapidamente. E uma das formas de defender e promover uma formação mais humanística, entrelaçada com os direitos humanos e voltada para a transformação social, é dar destaque às pesquisas comprometidas com os problemas sociais, criando essa cultura na comunidade acadêmica, tarefa que pode ser plenamente desempenhada pela disciplina de metodologia da pesquisa, que muitas vezes possui um caráter meramente instrumental.

A disciplina de metodologia da pesquisa precisa ser encarada como fundamental (portanto obrigatória em todos os cursos da universidade), determinante e decisiva para a pesquisa de qualidade. Isso porque essa disciplina precisa ser ressignificada adotando uma nova roupagem que represente verdadeira mudança de paradigma, ou seja, a disciplina de metodologia da pesquisa, além de apresentar os conhecimentos e ferramentas necessárias para uma pesquisa bem sucedida, deve trazer aos educandos a consciência crítica da importância e

necessidade de que a pesquisa traga benefícios sociais, ou seja, deve estar ligada à transformação social, ao progresso humano e não vinculada aos interesses do mercado.

Sem dúvidas, trazer esse debate sobre a importância da pesquisa vinculada à transformação social para dentro da disciplina de metodologia da pesquisa será essencial para os rumos do ensino superior, significando apontar o caminho das IES com o compromisso social e não com os interesses do capital, o que trará legitimidade à pesquisa e garantirá o cumprimento de sua função social.

Nesse momento delicado que a educação atravessa, em especial a educação superior, as palavras de Eric Hobsbawm (1999, p. 562) mostram-se muito atuais, pois “se a humanidade quer ter um futuro reconhecível, não pode ser pelo prolongamento do passado ou do presente”. Já está em curso uma mudança na educação superior, e o preço dela tende a ser a escuridão.

Lutar contra essa mudança (a mercantilização) e resgatar os valores da universidade é essencial. Apostar na pesquisa, a qual tem que ser fomentada e dirigida para o bem social é fundamental para o progresso da humanidade. E, ainda que possa parecer utópico, a mudança pode começar pela ressignificação da disciplina de metodologia da pesquisa, que além de uma formação instrumental, deve trazer a cultura da cidadania, da democracia, da transformação social e da luta pela concretização dos direitos humanos, propiciando aos educandos, assim, uma educação verdadeiramente emancipadora.

REFERÊNCIAS

BARROS, Aparecida da Silva Xavier. Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades. *Educação & Sociedade: Revista de Ciências da Educação*, São Paulo, v. 36, n. 131, p. 361-390, abr./jun. 2015.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. *Revista Brasileira de Educação*, v. 18 n. 54, p. 761-801, jul./set. 2013.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 51. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. *Revista Brasileira de Educação*. [online]. 2011, vol.16, n.46, p. 235-254.

GARCIA, Maria. Art. 205 da CF: o pleno desenvolvimento da pessoa e a educação integrativa. *Revista de Direito Educacional*, São Paulo, n. 4, p. 285-293, jul./dez. 2011.

GENRO, Maria Elly Herz; CAREGNATO, Célia Elizabete. Educação na e para a diversidade: nexos necessários. In: CAREGNATO, Célia Elizabete; BOMBASSARO, Luiz Carlos (Orgs.). *Diversidade cultural: viver diferenças e enfrentar desigualdades na educação*. Erechim: Novello & Carbonelli, 2013, p. 21-35.

HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KENNEDY, Duncan. *La enseñanza del derecho como forma de acción política*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2014.

LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos; LEITE, Denise. Influência da avaliação no conhecimento produzido pelos pesquisadores em redes de pesquisa. In: LEITE, Denise; LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos (org). *Conhecimento, avaliação e redes de colaboração: produção e produtividade na universidade*. Porto Alegre: Sulina: 2012, p. 121-161.

MACHADO, Ana Maria Netto; BIANCHETTI, Lucídio. A (des)feticização do produtivismo acadêmico em tempos de ‘engenharia societária’: desafios para o trabalhador-pesquisador. In: LEITE, Denise; LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos (Orgs.). *Conhecimento, avaliação e redes de colaboração: produção e produtividade na universidade*. Porto Alegre: Sulina, 2012, p. 97-118.

MARQUES, Mario Osorio. *Escrever é preciso: o princípio da pesquisa*. 5. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

MENEZES, Daniel Francisco Nagao. A estrutura jurídica no ensino superior no Brasil. In: PINTO, Daniella Basso Batista; CINTRA, Rodrigo Suzuki (Orgs.). *Direito e educação: reflexões críticas para uma perspectiva interdisciplinar*. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 133-143.

MORAES, Reginaldo C. C.. Expansão do ensino superior: o que isso nos ensina sobre o vínculo entre as relações sociais e as políticas de educação. *Educação & Sociedade: Revista de Ciências da Educação*, São Paulo, v. 36, n. 130, p. 197-218, jan./mar. 2015.

OLIVEIRA, João Ferreira de; AMARAL, Nelson Cardoso. A produção do conhecimento no Brasil e no mundo: financiamento e políticas de ciência, tecnologia e inovação em debate. In: LEITE, Denise; LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos (Orgs.). *Conhecimento, avaliação e redes de colaboração: produção e produtividade na universidade*. Porto Alegre: Sulina, 2012, p. 23-52.

RAMPAZZO, Lino. *Metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

REIS, Linda G. *Produção de monografia: da teoria à prática*. 2. ed. Brasília: Senac-DF, 2008.

RIBEIRO, Darcy. *A universidade necessária*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

SAMPAIO, Helena. Setor privado de ensino superior no Brasil: crescimento, mercado e Estado entre dois séculos. In: BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira (Org.). *Ensino Superior: expansão e democratização*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2014, p. 103-126.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2010.

SERRANO, Pablo Jiménez; PINTO FILHO, Heitor. *Excelência universitária e o ensino do direito*. São Paulo: Julgar, 2002.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil? *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 36, n. 133, p. 867-889, out./dez. 2015.

SILVEIRA, Zuleide Simas da; BIANCHETTI, Lucídio. Universidade moderna: dos interesses do Estado-nação às conveniências do mercado. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 64, p. 79-99, mar. 2016.

SOBRINHO, José Dias. Educação superior, globalização e democratização: o debate ético-político. In: LEITE, Denise (Org.). *Avaliação participativa e qualidade: os atores locais em foco*. Porto Alegre: Sulina, 2009, p. 33-55.

STROMQUIST, Nelly P. Educação superior e a busca por excelência: estratégia das universidades americanas. In: FISCHMAN, Gustavo. *A universidade imaginada*. Rio de Janeiro: Nau, 2012, p. 197-221.

TAIT, Alan; O'ROURKE, Jennifer. Internacionalização e conceitos de justiça social: o que deve ser feito? In: OLAF, Zawacki-Richter; ANDERSON, Terry (Orgs.). *Educação a distância online: construindo uma agenda de pesquisa*. São Paulo: Artesanato Educacional, 2015, p. 39-67.

TEIXEIRA, Elizabeth. *As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

TREIN, Eunice; RODRIGUES, José. O mal-estar na academia: produtivismo científico, o fetichismo do conhecimento-mercadoria. *Revista Brasileira de Educação*. [online]. 2011, vol.16, n.48, p. 769-792.

WEBER, Silke. Educação, ciência e desenvolvimento social. In: BIANCHETTI, Lucídio; MEKSENAS, Paulo (Orgs.). *A trama do conhecimento: teoria, método e escrita em ciência e pesquisa*. 2. ed. Campinas: Papyrus, 2012, p. 19-42.

ZANELLA, Andréa Vieira. *Perguntar, registrar e escrever: inquietações metodológicas*. Porto Alegre: Sulina, 2013.